



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS POETA PINTO DO MONTEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E EXATAS
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS
HABILITAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA**

CAMILA RAQUEL DA SILVA SANTOS

**PRECONCEITO LINGUÍSTICO NO ÂMBITO ESCOLAR: UM ESTUDO TEÓRICO
SOBRE A ORALIDADE**

**MONTEIRO/PB
2021**

CAMILA RAQUEL DA SILVA SANTOS

**PRECONCEITO LINGUÍSTICO NO ÂMBITO ESCOLAR: UM ESTUDO TEÓRICO
SOBRE A ORALIDADE**

Artigo apresentado a Coordenação do Curso de Letras Habilitação em Língua Portuguesa do Centro de Ciências Humanas e Exatas da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), como requisito para a obtenção do diploma de licenciada em Letras com habilidade em Língua Portuguesa.

Orientador: Prof. Dr. Jordão Joanes Dantas da Silva.

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S231p Santos, Camila Raquel da Silva.

Preconceito linguístico no âmbito escolar [manuscrito] : um estudo teórico sobre a oralidade / Camila Raquel da Silva Santos. - 2021.

24 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras Português) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Humanas e Exatas , 2021.

"Orientação : Prof. Dr. Jordão Joanes Dantas da Silva , Departamento de Letras - CH."

1. Oralidade. 2. Variação linguística. 3. Ensino da Língua Portuguesa. I. Título

21. ed. CDD 306.44

CAMILA RAQUEL DA SILVA SANTOS

PRECONCEITO LINGUÍSTICO NO ÂMBITO ESCOLAR: UM ESTUDO TEÓRICO
SOBRE A ORALIDADE

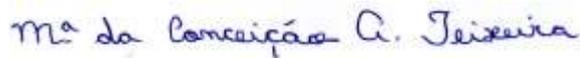
Artigo apresentado a Coordenação do Curso de Letras Habilitação em Língua Portuguesa do Centro de Ciências Humanas e Exatas da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), como requisito para a obtenção do diploma de licenciada em Letras com habilidade em Língua Portuguesa.

Aprovada em: 11/10/2021.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Jordão Joanes Dantas da Silva (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Ma. Maria da Conceição Almeida Teixeira
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Ma. Christina Gladys de Mingareli Nogueira
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Este trabalho dedico a minha madrinha Margarida Queiroz, sem a qual não seria possível concluir este curso, por ter me possibilitado uma educação de qualidade e sempre acreditou no meu potencial.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente a Deus, por sempre colocar tudo no seu devido lugar.

A minha mãe, minha avó e meus irmãos, que me auxiliaram em cada momento difícil durante toda a minha vida.

Aos meus professores, em especial ao Professor Jordão, que aceitou participar dessa pesquisa comigo e teve paciência durante todo o processo, apesar de todas as mudanças inesperadas e acontecimentos em minha vida nos últimos anos.

A meus amigos e amigas, que sempre me proporcionaram momentos de alegrias.

Educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas mudam o mundo.

Paulo Freire

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	08
2	LÍNGUA FALADA E LÍNGUA ESCRITA	10
2.1	FALA E ESCRITA.....	10
3	ORALIDADE E LETRAMENTO	13
4	A ORALIDADE E O PRECONCEITO LINGUÍSTICO	15
4.1.	VARIAÇÃO DA FALA.....	18
4.2	PRECONCEITO LINGUÍSTICO: CONSEQUÊNCIAS NA APRENDIZAGEM....	20
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	21
	REFERÊNCIAS.....	22

PRECONCEITO LINGUÍSTICO NO ÂMBITO ESCOLAR: UM ESTUDO TEÓRICO SOBRE A ORALIDADE

Camila Raquel da Silva Santos¹

RESUMO

Este artigo apresenta um estudo sobre a relação existente entre a oralidade e o preconceito linguístico. A oralidade é vista como sendo uma forma inicial do aluno se comunicar no ambiente escolar, bem como fora dele, que deve ser desenvolvida pelo professor em sala de aula, utilizando metodologias variadas e inovadoras, de cunho atrativo, com intuito de levar o alunado a desenvolver a linguagem oral e a escrita. Por outro lado, o preconceito linguístico diz respeito a uma reação sobre as diferenças linguísticas que existem no mesmo idioma, no caso em Língua Portuguesa. As diferenças presentes no Brasil são regionais, apresentando dialetos, regionalismo, gírias e sotaques, que são adquiridos ao longo dos tempos e se relacionam com aspectos históricos, sociais e culturais de determinados grupos no meio social. A partir desta vertente, pode-se perceber que não existe uma forma certa ou errada do uso da língua, e que o preconceito linguístico gerado a partir de uma ideia de língua correta, tomando por base a gramática normativa, colabora para prática da exclusão social de grupos que apresentam a linguagem oral de forma peculiar. O trabalho tem o objetivo de levantar respostas sobre questionamentos a respeito da oralidade e os preconceitos linguísticos nas escolas mostrando suas consequências para o ensino, principalmente o de língua portuguesa como língua materna, pois se cria concepções erradas de fala e escrita, levando a crer que uma está sobreposta a outra. Por meio da análise de autores renomados na área foi possível observar o impacto que o preconceito linguístico causa no ensino brasileiro. A metodologia, nesse sentido, foi de cunho bibliográfico, em que foi possível refletir sobre o conceito de vários teóricos sobre a oralidade, as variações, a escrita e a educação. Assim, foram estudados alguns documentos importantes como a BNCC (2018) e autores renomados como Vygotsky (1932), Weisz (2002), Bagno (2001), Marcuschi (2010), Bortoni-Ricardo (2008, 2005) e Carvalho e Ferrarezi Jr (2008). Percebeu-se como conclusão que a oralidade é uma habilidade que deve ser desenvolvida nos alunos em diferentes momentos na sala de aula ou em atividades interdisciplinares, e que existem diversas atividades para serem trabalhadas diante da variação linguística de diferentes grupos sociais, para que sejam afastadas as visões distorcidas sobre a língua correta ou errada, evitando assim o preconceito linguístico.

Palavras-Chave: Oralidade. Variação Linguística. Ensino de Língua Portuguesa.

RESUMEN

Este artículo presenta un estudio sobre la relación entre oralidad y prejuicio lingüístico. La oralidad es vista como una forma inicial para que el alumno se comunique en el ámbito escolar, así como fuera de él, la cual debe ser desarrollada por el docente en el aula, utilizando metodologías variadas e innovadoras, con un carácter atractivo, para llevar a cabo estudiante para desarrollar el lenguaje oral y escrito. Por otro lado, el prejuicio lingüístico se relaciona con una reacción sobre las diferencias lingüísticas que existen en un mismo idioma, en este

¹ Aluna de Graduação em Licenciatura em Letras na Universidade Estadual da Paraíba – Campus IV.
Email: camilajprepusculo@hotmail.com

caso portugués. Las diferencias presentes en Brasil son regionales, con dialectos, regionalismos, jergas y acentos, que se adquieren con el tiempo y se relacionan con aspectos históricos, sociales y culturales de ciertos grupos en el entorno social. Desde esta perspectiva, se puede ver que no existe una forma correcta o incorrecta de usar la lengua, y que el prejuicio lingüístico generado a partir de una idea de lenguaje correcto, basada en la gramática normativa, contribuye a la práctica de la exclusión social de grupos que presentan el lenguaje oral de una manera peculiar. El trabajo tiene como objetivo suscitar respuestas sobre cuestiones sobre oralidad y prejuicios lingüísticos en las escuelas, mostrando sus consecuencias para la enseñanza, especialmente la lengua portuguesa como lengua materna, ya que crea concepciones erróneas del habla y la escritura, lo que lleva a la creencia de que se superpone a uno. el otro. A través del análisis de autores de renombre en el campo, fue posible observar el impacto que tiene el prejuicio lingüístico en la educación brasileña. La metodología, en este sentido, fue bibliográfica, en la que se pudo reflexionar sobre el concepto de diversos teóricos sobre oralidad, variaciones, escritura y educación. Así, se estudiaron algunos documentos importantes como el BNCC y autores de renombre como Vygotsky (1932), Weisz (2002), Bagno (2001), Marcuschi (2010), Bortoni-Ricardo (2008, 2005) y Carvalho y Ferrarezi Jr (2008). Se percibió como una conclusión que la oralidad es una habilidad que debe ser desarrollada en los estudiantes en diferentes momentos del aula o en actividades interdisciplinarias, y que hay varias actividades a trabajar en vista de la variación lingüística de los diferentes grupos sociales, para eliminar las opiniones distorsionadas sobre el lenguaje correcto o incorrecto, evitando así los prejuicios lingüísticos.

Palabras clave: Oralidad. Variación lingüística. Enseñanza de la lengua portuguesa.

1 INTRODUÇÃO

A comunicação sempre esteve presente na vida do ser humano, seja por meio da fala, através da transmissão de conhecimentos variados entre interlocutores em grupos sociais, como também repassado entre gerações, no âmbito familiar, com memórias afetivas e visuais transformadas em lembranças (MARCUSCHI, 2010).

Estes momentos são característicos da oralidade, que trata-se de uma transmissão de forma oral de conhecimentos variados que são armazenados na memória dos seres humanos, e são transmitidos pela fala para os interlocutores. Antes do surgimento da escrita há milhões de anos, os conhecimentos que determinados grupos sociais possuíam eram repassados para outras gerações de forma oral, trabalhando a memória auditiva e visual.

Para melhor preservação e demarcação da comunicação entre as pessoas verbalmente, passou-se a existir uma forma extracorpórea de memória, que foi a escrita, com o registro de saberes e informações pertencentes a diferentes gerações. Esta ação transcendeu o limite entre espaços temporais ultrapassados e a transmissão intelectual do homem flexibilizada.

A escrita ganhou poder e status na sociedade moderna, como coloca Marcuschi (2010), na qual a oralidade e a escrita passaram a ser praticadas e usadas na língua, com características próprias, mas não suficientemente opostas para caracterizar dois sistemas lingüísticos, tampouco uma dicotomia.

Uma modalidade não se sobrepõe a outra, tanto a escrita como a oralidade possuem campo de atuação, e merecem ser estudadas e apresentadas adequadamente em sala de aula. Antes acreditava-se que a oralidade não podia ser estudada pois é dinâmica, contextual e não poderia ser materializada (FÁVERO; ANDRADE; AQUINO, 2000).

No âmbito escolar, deve existir a mediação entre o professor e o aluno e vice-versa, para construção de uma conversa, que favoreça um ambiente de ensino e aprendizagem por

meio de diversos textos orais e escritos, e com isso transmitir conhecimentos e habilidades, por meio da fala, a leitura e a escrita.

Mais atualmente, a oralidade é vista como fator essencial no meio escolar, pois determina conteúdos a serem apresentados aos alunos em diferentes momentos, e faz parte de uma gama de métodos e metodologias, como o exercício de recitação, a leitura expressiva de diferentes gêneros textuais, a leitura em voz alta, a composição oral na narrativa de um conto, e outros instrumentos didáticos que possibilitam o desenvolvimento da habilidade e conhecimentos por meio da oralidade.

No entanto, existem algumas situações do cotidiano escolar que podem levar à distorção da oralidade, quanto à sua funcionalidade e apresentação no meio escolar e social. Existem pessoas que apresentam diversas e diferentes variações em um mesmo idioma, e o mesmo acontece na Língua Portuguesa. Essa diferenciação gera o preconceito linguístico, que normalmente está associado ao regionalismo, dialetos, gírias e sotaques, que são desenvolvidos ao longo dos tempos, e de acordo com peculiaridade no meio social e cultural.

A nossa língua é tão diversificada que os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 1998) demonstram uma variação no traço construtivo das línguas humanas, reconhecendo que no Brasil existe uma oralidade de muitas variantes.

Refletindo sobre o que foi levantado, foi pensado no seguinte questionamento: quais as marcas do preconceito linguístico estão associadas à variação linguística da oralidade no ambiente escolar?

Nessas circunstâncias, o grande objetivo deste estudo é: apresentar como o preconceito linguístico se apresenta no meio escolar por meio da variação linguística da oralidade. De modo mais específico: i) conhecer a relação entre fala e escrita. ii) identificar o conceito de oralidade e letramento; iii) analisar como se apresenta o preconceito linguístico; e iv) discutir como a oralidade e o preconceito linguístico se apresentam no contexto escolar.

Este estudo é importante para identificar como a oralidade e a questão do preconceito linguístico estão presentes no meio escolar, dando ênfase em situações que podem exteriorizar comportamentos indesejados por parte de discentes que apresentem intolerância com outros alunos que utilizam de variações linguísticas de acordo com sua cultura regional ou local. Ainda, é essencial levar conhecimentos a professores de Língua Portuguesa, graduandos de Letras e profissionais de licenciaturas diversas que existem possibilidades de lidar com o desenvolvimento de conhecimentos e habilidades, através da leitura e a escrita, para que toda comunidade escolar respeite e entenda as variações linguísticas existentes no contexto escolar, classificando-as como corretas, de acordo com a realidade escolar.

Este estudo trata-se de uma pesquisa bibliográfica para analisar e refletir sobre fenômenos e atribuições que são dadas aos processos utilizados. Assim, houve a análise da relação existente entre a oralidade em sala de aula e o fenômeno do preconceito linguístico que são apresentados em sala de aula e o modo como aparecem. De acordo com Bortoni-Ricardo (2008) este tipo de pesquisa diz respeito às relações existentes entre as causas e os efeitos, que normalmente geram leis que promovem o alto poder de generalização, procurando entender os significados inseridos em um determinado contexto.

Estruturalmente, este trabalho contempla, além da introdução e das considerações finais, quatro tópicos que serviram como âncoras para alcançar os objetivos propostos. No primeiro tópico, com o título a língua falada e língua escrita, apresenta as características e peculiaridades da língua, da escrita e da fala, a importância e utilização da oralidade no âmbito escolar, mostrando como estas duas vertentes se apresentam na Língua Portuguesa. No segundo tópico, são apresentados apontamentos sobre a oralidade e sua relação com o letramento, fazendo uma ponte para o tópico terceiro, em que se apresenta a relação entre a oralidade e o preconceito linguístico no meio escolar. No último tópico, pode-se observar como o preconceito linguístico se apresenta na oralidade em sala de aula, como diferentes

grupos sociais apresentam uma variação linguística e como o professor deve lidar com essa questão em sala de aula.

2 LÍNGUA FALADA E LÍNGUA ESCRITA

A relação entre a língua falada e a língua escrita está relacionada ao contexto social e não na relação dicotômica entre estes dois polos, pois a primeira é vista como sendo uma estrutura mais simples, informal, dependente do contexto em que se está imerso, e a segunda é aquela mais complexa, formal e abstrata, porém envolvidas entre si.

Nestes dois meios, envolve-se a fala e a escrita, como principais fontes da língua.

2.1 FALA E ESCRITA

Antes do surgimento da escrita, a comunicação acontecia por meio da fala e dos gestos. A escrita surgiu em decorrência a várias necessidades, tais como o desejo do homem de controlar o ambiente em que vivia, a comunicação entre seus iguais, uniformização da linguagem utilizada, que serviram como materialização da fala. Este fato possibilitou que houvesse uma maior consciência sobre os fatos e permitiu a organização do pensamento. Além dessa necessidade de fala, tiveram outras perspectivas que definiram tal situação, como a criação da escrita, como forma concreta de demarcar a fala por vários anos (SILVA, 2017).

Todos os conhecimentos eram passados de geração em geração, por meio de conversas, de expressão de histórias e contos, que eram contados para diversas pessoas, ou seja, eram transmitidos por meio da oralidade. Assim, os conhecimentos e pensamentos não compartilhados com os demais, acabavam se perdendo no tempo. A escrita vem para garantir o registro das ações e pensamento humanos; foi desenvolvendo-se e ganhando extrema relevância nas relações sociais, na difusão de ideias e informações.

A noção de tempo e espaço se modificou, pois passou-se a registrar por mais tempos as histórias e conhecimentos por meio da escrita, e hoje conseguimos encurtar distâncias através das tecnologias, estabelecemos contatos em tempo real com pessoas que estão a milhares de quilômetros de nós. Mas a utilização da escrita através do alfabeto é o principal meio pelo qual todas estas tecnologias se desenvolveram, se expandiram e, ainda hoje, continuam evoluindo cada vez mais rapidamente.

A fala é entendida neste contexto como uma produção textual-discursiva para fins comunicativos na sociedade oral, situando-se no plano da oralidade, tendo por características pelo uso da língua na sua forma de sons sistematicamente articulados e significativos, vem como os aspectos prosódicos, e com isso, está relacionada a uma série de recursos expressivos de outra ordem, como o caso da gestualidade, dos movimentos do corpo e a mímica (MARCUSCHI, 2010).

Rodrigues (1999) afirma que os sinais da língua escrita utilizados no texto não têm o mesmo valor que aqueles convencionalmente empregados em alguns momentos na fala, a exemplo das reticências, que serve para indicar pausas.

A escrita é definida como um modo de produção textual-discursiva para fins da comunicação com certas especificidades materiais, através da grafia que pode envolver uma ordem pictórica. Se caracteriza por unidades alfabéticas, ideogramas ou unidades iconográficas, e por ser uma modalidade de uso da língua complementar à fala (MARCUSCHI, 2010).

De acordo com Fávero, Andrade e Aquino (2000) sempre existiu uma relação entre a escrita e a fala, principalmente no contexto literário, na qual a primeira esteve relacionada com a verdadeira forma de linguagem e a segunda como uma situação instável, não podendo ser constituída como um objeto de estudo.

No entanto, com o passar dos anos, a postura diante desse fato começou a mudar, com o estudo de Grimm na Alemanha e com Sweet e Jones na Inglaterra. Estes estudos não compararam efetivamente a fala e a escrita, mas especificaram que a fala seria um objeto primário e a escrita um secundário, derivado.

Ao reportar sobre a fala, ela está presente em nossa sociedade, principalmente no contexto escolar, na qual Fávero, Andrade e Aquino (2000) afirmam que ao trabalhar a fala no contexto escolar os alunos podem perceber grande visibilidade no uso da fala, podendo perceber a consciência de que a língua não é homogênea, monolítica.

Na fala é que se instala a conversação, como sendo a atividade de interação entre dois ou mais interlocutores, que se alternam constantemente, discorrendo sobre diferentes temas que são alusivos do cotidiano. As falas são retratadas em turnos, que se alternam de acordo com a disposição de cada um, caracterizando-se como relativamente simétrico (interlocutores tem o mesmo direito de tempo de fala e de escolha da temática) ou relativamente assimétrico (há privilégio no uso das palavras, na qual um começa o diálogo e dita as temáticas a serem abordadas (FÁVERO; ANDRADE; AQUINO, 2000).

É durante esta interação que se cria um processo de comunicação, apresentação de sentidos e uma produção textual organizada, de acordo com as capacidades de fala, envolvendo a coesão e coerência de diálogos sobre uma temática desejada.

Para Fávero, Andrade e Aquino (2000), durante a conversação, que envolve as falas entre os participantes, existe o modo de discurso, definido pelo propósito da interação, ditando também o grau maior ou menor de formalidade, em que cada uma se adequa a uma ou outra situação cotidiana, como entrevista de emprego e conversa entre jovens em grupos de redes sociais.

Associado à conversação, existe o planejamento do discurso, onde a partir do tema trabalhado pelos interlocutores existe uma conversa dentro do assunto, que necessita de condições indispensáveis para ter coerência quanto ao desenvolvimento da conversação, que é chamado por Rodrigues (1999) como texto conversacional.

Com isso, um texto falado pode ser examinado de acordo com a proposta de Dittmann (1979 *apud* FÁVERO, ANDRADE E AQUINO, 2000), considerando as características básicas:

- Interação entre pelo menos dois falantes
- Ocorrência de pelo menos uma troca de falantes;
- Presença de uma sequência de ações coordenadas;
- Execução num determinado tempo;
- Envolvimento numa interação centrada.

Com isso, podemos perceber que em um momento de fala entre pessoas, além de envolver falantes, existe uma correspondência social coordenada, que tem um objetivo em comum sobre determinado tema abordado.

Assim:

O desenvolvimento do texto falado está diretamente ligado ao modo como a atividade interacional se organiza entre os participantes. Essa organização resulta de decisões interpretativas, inferidas a partir de pressupostos cognitivos e culturais, tomadas durante o curso de conversação (FÁVERO; ANDRADE; AQUINO, 2000, p. 22).

No contexto apresentado pelos autores, nota-se que existe uma relação entre os aspectos culturais e cognitivos dos falantes, na qual sua visão de mundo, seus conhecimentos sobre determinados temas e sua forma de interação são exteriorizados na fala, deixando que ela se expresse de forma pertencente ao falante.

Desta forma, a fala não se caracteriza a partir de uma gramática, igualmente a escrita de uma língua, mas possui suas regras de efetivação, com maior liberdade de iniciativa por parte de quem fala e pode se expressar de acordo com sua cultura local, regional e demais características que fazem parte de uma comunidade, localidade ou região (FÁVERO; ANDRADE; AQUINO, 2000).

Para melhor observação da relação entre a fala e a escrita, deve-se considerar a efetivação dos eventos comunicativos que fazem parte de cada modalidade. Cada evento situacional pode ser observado no quadro seguinte, que faz parte do ato da fala e da escrita.

Quadro 01: Eventos situacionais relacionados a fala e a escrita.

FALA	ESCRITA
Interação face a face	Interação à distância (espaço-temporal)
Planejamento simultâneo ou quase simultâneo à produção	Planejamento anterior à produção
Criação coletiva: administrada passo a passo	Criação individual
Impossibilidade de apagamento	Possibilidade de revisão
Sem condições de consulta a outros textos	Livre consulta
A reformulação pode ser promovida pelo falante como pelo interlocutor	A reformulação é promovida apenas pelo escritor
Acesso imediato às reações do interlocutor	Sem possibilidade de acesso imediato
O falante pode processar o texto, redirecionando-o a partir das reações do interlocutor	O escritor pode processar o texto a partir das possíveis reações do leitor
O texto mostra todo o seu processo de criação	O texto tende a esconder o seu processo de criação, mostrando apenas o resultado

Fonte: Fávero, Andrade e Aquino (2000)

Analisando sobre estas condições que fazem parte da conversação, seja na fala ou na escrita, podemos observar formulações linguísticas que fazem parte do tipo de texto a ser expresso, envolvendo a fala e a escrita.

Com relação ao contexto escolar, o aluno, desde seus primeiros anos escolares, possui a habilidade de se expressar como parte de seus conhecimentos sobre o meio social, seja através de desenhos, de caracteres do alfabeto, que representa uma familiaridade com a forma escrita, com a linguagem oral, mostrando que existe uma relação direta.

A função da escrita é fixar, registrar, se relacionar diretamente com a forma oral, e o aluno já tem certo conhecimento sobre o transcrever algo que foi mencionado ou dito oralmente, que foi aprendido por meio da linguagem oral. Nesse sentido, Weisz (2002) apresenta que o aluno ao transcrever o que percebe no meio social durante a pré-escola e aqueles adultos analfabetos retratam momentos vividos, eles têm a capacidade de produzir e reproduzir as características principais da língua escrita, mesmo sem possuir habilidades da escrita em si.

Assim, mesmo o aluno não alfabetizado possui conhecimentos e faz uso deles por meio da oralidade, pois não domina a escrita, mas faz uso de acontecimentos da vivência no mundo, o que o torna capaz de criar, contar e recontar histórias, fazer leitura visual e oral de figuras de livros e revistas, fazer desenhos diversos representativos de situações que simulam uma escrita convencional.

Nesse sentido, o desenvolvimento da fala se constrói a partir da prática viva da língua, no diálogo, no ouvir o interlocutor, e assim, existe a oportunidade de atribuir intenção comunicativa da fala do aluno.

Vygotsky (1932) afirma que:

É por meio de outros, por intermédio do adulto que a criança se envolve em suas atividades. Absolutamente, tudo no comportamento da criança está fundido, enraizado no social. Assim, as relações da criança com a realidade são, desde o

início, relações sociais. Neste sentido, poder-se-ia dizer que o bebê é um ser social no mais elevado grau (p. 281).

Enquanto ao meio escolar, a linguagem oral do aluno sofre influência com as atividades dos professores, dos estímulos da comunicação de ideias, do exercício do respeito mútuo, o que leva às relações interpessoais do aluno sem repressão, percebendo a sua função social na linguagem, no desenvolvimento das habilidades, vencendo a timidez e construindo hábitos necessários para um bom desempenho social e cognitivo.

É no ambiente escolar que o aluno se encaixa nas primeiras séries do ensino fundamental, e passa por diversos privilégios de brincar, de fazer uso de práticas interativas que auxiliam no desenvolvimento da fala, da expressividade da criança, e com isso, no desenvolvimento da linguagem oral através do brincar de momentos pedagógicos (ESCARIÃO; FARIA, 2017).

Além do ato de brincar e da utilização de práticas orais, Santos e Farago (2015) apresentam que as crianças utilizam da fala como forma da oralidade para lidar com experiências vividas, fazendo uso da linguagem oral no cotidiano, seja na escola ou na sala de aula, para mostrar seus conhecimentos sobre diferentes temáticas.

É neste contexto escolar, bem como em meios sociais, que a criança faz uso da oralidade, interagindo e desenvolvendo seus conhecimentos, e com isso, a seguir, é dado maior ênfase a esta temática, envolvendo a oralidade e o letramento.

3 ORALIDADE E LETRAMENTO

Em nossa sociedade atual existe uma relação direta entre a oralidade e o letramento, relacionadas a diferentes perspectivas quanto às práticas da fala e da escrita. Porém, este envolvimento entre as duas deve ser considerado atribuições do seu uso no cotidiano.

A oralidade é vista como uma prática social interativa que tem por finalidade a comunicação, sendo realizada em diferentes situações cotidianas, e formas variadas. Se encontra desde a realização formal a informal, variando de acordo com o contexto. Quando se fala em letramento, fala-se sobre o “processo de aprendizagem social e histórica da leitura e da escrita em contexto informais e para usos utilitários, por isso é um conjunto de práticas, ou seja, letramentos” (MARCUSCHI, 2010, p. 21).

Da mesma forma, Souza e Camelo (2011) apresentam que a oralidade é uma forma argumentativa de mostrar ideias diante de práticas sociais, e em determinados contextos, que estão relacionados a valores, formas de falar, uso da linguagem oral que se relacionam com aspectos socioculturais que contribuem para mostrar uma visão do interlocutor em diferentes momentos.

Marcuschi (2010, p. 16) afirma que a oralidade e o letramento não devem ser vistos como dicotômicas, e sim como práticas sociais, pois:

Uma vez adotada a posição de que lidamos com práticas de letramentos e oralidade, será fundamental considerar que as línguas se fundam em usos e não o contrário. Assim, não serão primeiramente as regras da língua nem a morfologia os mercedores de nossa atenção, mas os usos da língua, pois o que determina a variação linguística em todas as suas manifestações são os usos que fazemos da língua.

Assim, percebe-se que existe uma relação da língua e o modo da fala que os falantes apresentam no contexto social, o que torna-se uma relação a ser analisada quando se fala em oralidade e letramento.

O letramento é visto por Marcuschi (2010) como uma forma tecnológica utilizada no cotidiano, indispensável no dia a dia, essencial para a sobrevivência no mundo moderno. Pela

sua importância, se tornou indispensável na prática e avaliação social, elevando o status mais alto, o que representa para a educação uma simbologia de desenvolvimento e poder.

Quando se fala em símbolo de desenvolvimento, se fala sobre o letramento do estudante, as formas que desenvolve sua prática de leitura e de escrita diante das atividades apresentadas pelo professor. E é poder no tocante a disponibilização e abertura de caminhos ao realizar a escrita, já que trata-se de um registro de diferentes visões de mundo, conhecimentos científicos, argumentação sobre temas diversos, e outros.

Por outro lado, como retrata Marcuschi (2010), na realidade humana, existe um ser que fala, e não apenas que escreve, e por essa razão tem-se que considerar a oralidade como uma forma de complementar a expressão humana, como a prosódia, a gestualidade, os movimentos do corpo e dos olhos e outros. Nesse sentido, a oralidade e a escrita são vistos com suas características próprias, mas não são suficientemente opostas para caracterizar como dois sistemas linguísticos.

Vale ressaltar que a fala acompanha o ser humano desde o seu nascimento, como apresentado a seguir:

A menos que uma pessoa tenha alguma deficiência que a impeça, ela vai, naturalmente, aprender a ouvir e a falar, bem como a usar isso para sobreviver no ambiente social. Por essa razão, a oralidade é parte essencial do que somos. Porém, nem todo mundo sabe escrever e ler. Isso não é natural, ou seja, não nascemos preparados para aprender sozinhos essas tecnologias como nascemos preparados para aprender sozinhos a ouvir e a falar (CARVALHO; FERRAREZI JR., 2018, p. 18-19).

Assim, os autores destacam a precedência da fala em relação à escrita, que por sua importância passa a ser utilizada com frequência em atividades pedagógicas, principalmente no ensino da língua materna.

A leitura e a escrita estão presentes em diferentes ambientes sociais, como no ambiente familiar, em revistas e embalagens de produtos, em cartões e mensagens de textos em redes sociais, rádios e músicas, e outros momentos que servem como meios comunicativos e práticas sociais situadas em casos reais do uso real da língua.

Considerando o contexto escolar, de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018), os alunos nos primeiros anos escolares devem apresentar competências peculiares sobre o uso da linguagem oral, que são:

- Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao diálogo, à resolução de conflitos e à cooperação;
- Utilizar diferentes linguagens para defender pontos de vista que respeitem o outro e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, atuando criticamente frente a questões do mundo contemporâneo;

Estas duas competências fazem com que o aluno utilize da linguagem oral para expressar suas informações que foram adquiridas no meio escolar, mostrando que ao agir ativamente poderá perceber o mundo em sua totalidade. Assim, a BNCC (2018) é um instrumento que descreve que no meio escolar, a oralidade é desenvolvida em momentos específicos, podendo ser trabalhada por meio de conversas em sala de aula, na escuta atenta, na conversação espontânea e no registro oral (in)formal.

Nesse sentido:

[...] o trabalho com oralidade é um trabalho para a sala de aula, com conteúdo programático de responsabilidade da escola. Segundo que o planejamento do

professor deve prever tempo para esse trabalho, ou seja, que a escola (o diretor, o supervisor, o professor, o orientador educacional e os pais) tem de entender que falar e ouvir são conteúdos de língua portuguesa previstos em lei e que quando o professor de língua portuguesa está treinando a oralidade com os alunos, não está enrolando, deixando de trabalhar (CARVALHO; FERRAREZI JR, 2018, p. 31).

Assim, ao considerar as recomendações da BNCC e a expressão dos autores acima, o professor e todos os autores escolares devem utilizar da oralidade, não podendo ser vista como um trabalho sem finalidade, e sim como uma oportunidade de trabalhar o falar e o ouvir nos alunos, desenvolvendo, assim, a oralidade.

As atividades, envolvendo o ato de falar e ouvir, devem ser aplicadas pelo professor, para que estejam metodologicamente organizadas para um trabalho pedagógico contínuo e progressivo, desde que consiga tempo em seu planejamento para, efetivamente, aplicar cada uma delas, voltadas para oralidade, e assim, desenvolver as habilidades nas crianças (CARVALHO; FERRAREZI JR, 2018).

Ainda sobre o papel do professor na linguagem oral do aluno, Fegerle e Trugillo (2011) apresentam que utilizar as metodologias corretas é primordial para a oralidade em sala de aula, pois ao utilizá-la para o ensino leva-se o aluno a ter contato com modalidades linguísticas que são adquiridas pelos seres humanos, que são relevantes para o processo de ensino e aprendizagem dos alunos.

Weisz (2002) afirma que o professor necessita conhecer a realidade de cada aluno, para que sejam trabalhados os conteúdos próprios para desenvolvimento da linguagem oral, já que os alunos são compostos por representações e informações que sustentam a possibilidade de uma nova aprendizagem, para que seja construída uma relação direta com o ensino por meio da linguagem oral.

No meio escolar existem alunos que desenvolveram sua linguagem com as atividades pedagógicas, porém existem outros que por questões culturais e sociais e até mesmo por dificuldades de aprendizagem não desenvolveram a oralidade em sala de aula, e sim na sociedade ou no meio comunitário em que convive. E por questões da regionalidade, gírias e outros fatores, conseguiram adquirir sua linguagem oral própria, ou compartilhada por entre familiares e uma comunidade em geral.

Nestes casos, que podem surgir o preconceito linguístico a partir de atividades na oralidade, o que é estudado com veemência no tópico seguinte.

4 A ORALIDADE E O PRECONCEITO LINGUÍSTICO

Muitas pesquisas foram realizadas nas últimas décadas sobre o preconceito linguístico e as variações da oralidade presentes na sociedade e em nossas escolas, no intuito de estudar as formas que estão sendo expressas oralmente, sem classificá-las como certas ou erradas quanto ao uso da linguagem, pois a utilização de determinados padrões de linguagem não oficial e não padrão, poderia render o preconceito por parte de alguns indivíduos. Bagno (2002) apresenta que existem formas variadas de caracterização do preconceito, e que o preconceito linguístico afeta diretamente a autoestima do ser humano, podendo abolir da sociedade, já que existem indivíduos que consideram a forma correta aquela língua aprendida na escola. Porém, existe uma variação linguística que, normalmente, é utilizada na sociedade, incluindo o ambiente escolar.

Essa variação é facilmente percebida na sala de aula, e ainda é evidente nos pressupostos apresentados pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), e assim, deve ser observado no meio escolar, pois a língua se apresenta a partir de variantes linguísticas.

A variação é constitutiva das línguas humanas, ocorrendo em todos os níveis. Ela sempre existiu e sempre existirá, independentemente de qualquer ação normativa. Assim, quando se fala em 'Língua Portuguesa' está se falando de uma unidade que se constitui de muitas variedades (BRASIL, 2001, p. 29).

Os PCNs, por sua importância diante da educação nacional, apresentam que mesmo o Brasil tendo uma língua oficial, há uma diferença no emprego de determinadas palavras, na pronúncia, o que leva ao surgimento de linguagens próprias de determinados grupos sociais, que fazem uso de diferentes variáveis linguísticas na sociedade.

Ainda, esses parâmetros apontam diversas formas para que sejam trabalhadas na sala de aula as variações linguísticas nos alunos, para que não se crie uma visão distorcida quanto a suas formas de oralidade, nas quais estas atividades são, de acordo com os PCNs (2008, p. 65):

- Transcrição de textos orais, gravados em vídeo ou cassete, para permitir identificação dos recursos linguísticos próprios da fala;
- Edição de textos orais para apresentação, em gênero da modalidade escrita, para permitir que o aluno possa perceber algumas das diferenças entre a fala e a escrita;
- Análise da força expressiva da linguagem popular na comunicação cotidiana, na mídia e nas artes, analisando depoimentos, filmes, peças de teatro, novelas televisivas, música popular, romances e poemas;
- Levantamento das marcas de variação linguística ligadas a gênero, gerações, grupos profissionais, classe social e área de conhecimento, por meio da comparação de textos que tratem de um mesmo assunto para públicos com características
- Elaboração de textos procurando incorporar na redação traços da linguagem de grupos específicos;
- Estudo de textos em função da área de conhecimento, identificando jargões próprios da atividade em análise;
- Comparação de textos sobre o mesmo tema veiculados em diferentes publicações (por exemplo, uma matéria sobre meio ambiente para uma revista de divulgação científica e outra para o suplemento infantil);
- Comparação entre textos sobre o mesmo tema, produzidos em épocas diferentes;
- Comparação de duas traduções de um mesmo texto original, analisando as escolhas estilísticas feitas pelos tradutores;
- Comparação entre um texto original e uma versão adaptada do mesmo texto, analisando as mudanças produzidas;
- Comparação de textos de um mesmo autor, produzido em condições diferentes (um artigo para uma revista acadêmica e outro para uma revista de vulgarização científica);
- Análise de fatos de variação presentes nos textos dos alunos;
- Análise e discussão de textos de publicidade ou de imprensa que veiculem qualquer tipo de preconceito linguístico;
- Análise comparativa entre registro da fala ou de escrita e os preceitos normativos estabelecidos pela gramática tradicional.

Com isso, percebe-se que existem muitas recomendações dos PCNs para trabalhar a variação linguística em sala de aula, contribuindo para o desenvolvimento da educação linguística dos alunos, evitando assim uma exclusão daqueles que apresentam uma oralidade diferente daquela dita normal, de acordo com a norma culta padrão - algo que afloraria o preconceito linguístico em sala de aula em diferentes situações.

Porém, ainda existe certo desprezo pelas escolas brasileiras diante da variação linguística e a oralidade, pois desde a recomendações dos PCNs, as escolas ocupam tempo do ensino regular com questões diversas, evitando enfoque na oralidade (CARVALHO; FERRAREZI JR., 2018). No entanto, deveria ser dado maior destaque na variação linguística nas escolas, de modo a ser o principal ambiente de interação social e o meio mais precioso.

De acordo com Possenti (1996) é essencial que se conheça o preconceito linguístico, pois esta tarefa revela uma comparação da língua utilizada com outras, e se sabe que as mudanças foram muitas na oralidade. Muitas pessoas, na posição de ser humano, aceitam que as pessoas no mundo falam outras línguas, mas não aceitam ver, conviver e presenciar pessoas que oralmente apresentam uma variação linguística na mesma língua, no caso da Língua Portuguesa, por não considerar como habitual a partir daquela considerada como padrão ou normal.

O preconceito apresentado neste estudo é visto como uma manifestação discriminatória que atinge, na grande maioria das vezes, as classes menos favorecidas por não terem prestígio na sociedade ou utilizarem regras não existentes na gramática normativa, e, por essas e outras razões, são simplesmente classificados como incultos, e assim, sofrem o preconceito linguístico (SILVA, 2016).

Existem muitos estudos que tratam do preconceito linguístico, que dão destaque a sua diferença linguística existente em um mesmo idioma, de tal forma que se associa às diferenças regionais, dialetos, regionalismo, gírias e sotaques, que são desenvolvidos ao longo dos tempos, a partir de aspectos históricos, sociais e culturais de alguns grupos (MORAES, 2016).

O preconceito, diante do exposto, faz parte de uma forma de preconceito social, que determina variedades linguísticas que são distinguidas pelas classes sociais, de forma censurada ou privilegiada pelos falantes da língua portuguesa brasileira. Dessa maneira, tal preconceito é visto como sendo uma crença existente na consideração de que existe uma única língua portuguesa digna, que deveria ser ensinada nas escolas, que envolva a gramática e as expressões catalogadas nos dicionários. Qualquer uma das manifestações linguísticas que escape ou desvie da tríade escola-gramática-dicionário é considerada como errada, feia, estropiada, rudimentar, deficiente, e não pode ser considerada como sendo do português (BAGNO, 2008).

Com isso, é necessário considerar que em sala de aula exista o afastamento do preconceito linguístico, apresentando aos alunos que existe a variação linguística de nossa Língua Portuguesa quanto à oralidade, e que não se tratam de forma culta de se apresentar e de falar, mas na adequação que os alunos oralizam tais variações da linguagem dita por milhões de brasileiros, e que não existe uma homogeneidade da língua, e sim uma adequação da forma como se fala.

Em nosso país é notório que existem milhares de pessoas que não tiveram acesso à educação por fatores diferentes, e o preconceito linguístico se torna algo inevitável em suas vidas, e são levadas a se depararem com ações preconceituosas, que normalmente integram o comportamento humano com ações. Mas, apenas percebem a variação em sua oralidade, e não percebe-se ou valoriza-se nos falantes de variantes não padrão os conhecimentos de mundo que possuem, que são descritos como indivíduos que não frequentaram a escola, não tendo nada a oferecer à sociedade (BAGNO, 2002).

É essencial que nas aulas de Língua Portuguesa seja trabalhado a existência de modos comunicativos e expressão da fala diferentes, e ainda considerar que há pessoas que não têm o domínio total da norma culta, e por essas razões apresentam um modo distinto na oralidade. Este grupo específico de pessoas possui, em muitos casos, baixo nível escolar, e não dominam a área linguística, e assim, são consideradas pela sociedade como analfabetas.

Bagno (2008) apresenta sua visão sobre este fato, descrevendo que é preciso que a escola e as outras instituições interessadas na educação e na cultura desassociem uma unicidade da forma como se apresenta o português brasileiro, reconhecendo que existe uma diversidade linguística em nosso país, pois sabe-se que existe uma população marginalizada dos falantes das variedades sem prestígio social, e ainda, ser apresentado todos os conhecimentos sobre tal variação aos alunos, professores, e outros profissionais da educação.

Das ações principais a serem adotadas nas escolas, uma delas é considerar as descrições de Língua Portuguesa nos PCNs, que descreve que:

A língua portuguesa é uma unidade composta de muitas variedades. O aluno, ao entrar na escola, já sabe pelo menos uma dessas variedades – aquela que aprendeu pelo fato de estar inserido em uma comunidade de falante, [...] ele é capaz de perceber que as formas da língua apresentam variações e que determinadas expressões ou modos de dizer podem ser apropriadas para certas circunstâncias, mas não para outras (BRASIL, 2008, p. 81).

Nesse sentido, ao considerar a fala dos alunos no contexto escolar, é essencial que se interprete diretamente o meio em que eles vivem, e o incentivo que recebem.

Para que estas pessoas se sintam aceitas no meio escolar, é importante que o aluno se constitua participante nas atividades da linguagem oral, e as dificuldades demonstradas devem ser sanadas pelos professores, planejando atividades que ajudem os alunos a se expressarem cada vez melhor, corrigindo a pronúncia, relacionado expressões próprias com as da norma culta, bem como daquelas que são enriquecidas com o vocabulário que trazem de suas residências.

Santos e Farago (2015) apresentam um ponto de vista sobre a questão da visão dos alunos com características linguísticas próprias do regionalismo:

[...] as possibilidades de diálogo que a criança encontra em seu meio e do significado que o adulto atribui aos seus gestos e expressões elas aprendem a utilizar a linguagem como meio de comunicação e instrumento de pensamento. Nesse momento, o pensamento e a linguagem interligam-se, o pensamento passa a ser verbal e a fala racional (p. 119).

Os alunos, normalmente, se expressam na sala de acordo com suas concepções sociais, levando para a escola sua visão de mundo, e isso, quando não trabalhado em sala de aula, pode levar os alunos a serem ridicularizados, com preconceito linguístico, por expressar-se com uma linguagem oral não padronizado com a normal culta de Língua Portuguesa.

A quantidade de pessoas que são expostas na mídia por terem sotaques, gírias, verbetes, distintos daqueles presentes na norma culta, ou seja, apresentam uma oralidade dita anormal, são, erroneamente, ridicularizados, como é o caso dos nordestinos, por exemplo, que residem em uma região pobre do Brasil e apresentam uma variação linguística peculiar e única. Assim, diversas decorrências são impostas a estes falantes, que necessitam de ajuda e de conscientização para que não seja prejudicado quanto seus estudos e na vida social. Temos que fazer referências às consequências a partir do preconceito linguístico.

4.1. VARIAÇÃO DA FALA

A língua é vista por Bagno (2001) como sendo algo mutável, pois ela sofre transições com os aspectos culturais e fatores sociais e regionais. Ela é percebida em nossa sociedade como condições que sofre mudanças, e são moldadas a partir das transformações sofridas pelo tempo, que envolvem os aspectos geográficos, grupais, e de épocas, o que nos leva a perceber que existem transformações distintas em diferentes períodos, desde a colonização até a nossa grande evolução da informação e da internet.

A cultura nacional, e internacional, de determinada comunidade apresenta classes e grupos sociais, que sofrem influências do regionalismo, mudando e adequando para características bem diferentes. Nesse processo, a população adota manifestações e comportamentos distintos a partir de um segundo plano, como é a faixa etária e o grau de

escolarização, que em etapas da vida, os indivíduos se mostram mais dispostas a adaptação diante dos estímulos do meio em que vivem (SANTOS; FARAGO, 2015).

Tomando a informação supracitada, podemos perceber que a cultura presente em nossa região nordestina, poderá representar uma inquietação para determinados grupos, uma vez que, diante da cultura distinta que existe nessa região com características peculiares, a rotulação realizada sobre a realidade pode ser distorcida, mas são sempre reproduzidas e impostas a partir do meio em que vivemos. O mesmo ocorre com a língua.

O estudo de Bagno (2001) apresenta que a língua sofre alterações a partir de aspectos geográficos também, a partir dos estímulos do espaço e do tempo decorrido. Assim, o modo como se fala no Brasil tornou-se diferente daquela falada há muitos anos, em tempos remotos, e, certamente, haverá mudanças do modo que falamos daqui a séculos de existência do ser humano.

As mudanças que a língua sofreu foram resultados de uma diversidade de verbetes, gírias, vocábulo distintos, que fez com que a fala tivesse uma descontinuidade na oralidade de diversos povos. Assim, formou-se uma nova padronização da língua, interrompendo a continuidade da língua falada por tempos, o que necessitou de uma maior valorização da escola quanto aos itens linguísticos que estavam sendo gerados na sociedade, mesmo sabendo que trata-se de termos que não satisfaçam as normas cultas de Língua Portuguesa.

Essas normas padrões de Língua Portuguesa dizem respeito a um modelo adotado por autoridades, órgãos oficiais, pessoas que estejam engajadas em situações cultas (como escritores e jornalistas), e também aquelas do meio educacional, para que o alunado e os demais envolvidos com a educação aprendam o português de acordo com a forma culta vigente no Brasil (BAGNO, 2001).

De acordo com Marcuschi (2010) o tratamento dado ao papel da escrita e da fala sob o ponto de vista dos processos educacionais resulta em uma variação na relação entre o padrão e o não padrão linguístico no contexto do ensino formal, que assim conta com o uso da língua sob uma forma dialetal e socioletal. Nesse contexto é possível observar uma distinção entre a fala e a escrita, observando diretamente variedades linguísticas distintas.

Com isso, percebe-se que o uso da linguagem mais formal é, de certa forma, mais utilizado em classes mais privilegiadas, que tiveram instrução para fazer uso, e que uma boa porção da sociedade, a partir de aspectos sociais e culturais, não tiveram oportunidades de acesso, sendo marginalizados e, em muitas vezes, oprimidos. Eles passaram a utilizar variação não padronizada da língua portuguesa.

Nesse sentido, a língua e a gramática fazem referências às mesmas significações, e de acordo com Antunes (2007, p. 39):

A concepção de que língua e gramática são uma coisa só deriva do fato de, ingenuamente, se acredita que a língua é constituída de um único componente; a gramática. Por essa ótica, saber uma língua equivale a saber sua gramática ou, por outro lado, saber a gramática de uma língua equivale a dominar totalmente essa língua.

Nesse sentido torna-se importante que se estude a gramática e a língua que é, normalmente, utilizada em sala de aula, seja por meio de atividades, conversas informações ou avaliações diversas. Assim, não podemos comparar a língua e gramática como se fosse iguais, pois existe uma distinção entre ambas, o que se fala e o que se escreve, a partir da padronização escrita da língua, considerando que existe a variação.

Carvalho e Ferrarezi Jr (2018) afirmam que em situações reais de fala, a partir da participação do aluno no seu processo de aprendizagem, deve-se existir um meio de comunicação para que se construa a autonomia e se torne um cidadão mais crítico, consciente e ético da linguagem. Assim, a comunicação da fala se torna uma ferramenta essencial quanto

aos aspectos comuns ao ensino, para promoção da interação social, principalmente em sala de aula

4.2 PRECONCEITO LÍNGUÍSTICO: CONSEQUÊNCIAS NA APRENDIZAGEM

O preconceito linguístico é uma ação que causa grandes consequências para vida do aluno, quanto ao seu desenvolvimento, na autoestima de vida e no desempenho na escola. Por questão de vivência no ambiente escolar, é possível perceber que existe um desestímulo, menosprezo e chacotas, com aqueles alunos que apresenta diferença na oralidade.

O preconceito é disseminado por diversos meios de comunicação, que servem como instrumentos para espalhar entre os usuários telespectadores alguns casos de pessoas que fazem uso de variações linguísticas, servindo de chacotas e preconceito. Assim, o preconceito se instala pelo fato de apresentarem variação em sua oralidade.

Moraes (2016) apresenta que o preconceito linguístico poderá desestruturar socialmente o indivíduo, pelos simples atos de ironizar o erro apresentado pelo aluno, que por sua vez fica mais retraído com medo de cometer algum erro, e acabar prejudicando o seu desempenho escolar e assim, poderá causar a evasão de muitos alunos.

Rique (2012) apresenta em seu estudo que:

Os falantes que não dominam a língua padrão são geralmente excluídos de participarem das atividades requeridas pela escola, e passam a acreditar que não conhecem a própria língua que falam. É comum acontecerem repreensões abusivas sobre desvios gramaticais, criando um ambiente opressor e recessivo para o falante em formação. Somando a isso, as diferenças econômicas e a dificuldade do acesso ao português padrão geram indivíduos totalmente descrentes de sua capacidade de acesso à norma gramatical, vem como às informações difusas pela classe dominante (RIQUE, 2012, p. 4-5).

A autora apresenta que pelo simples fato dos falantes apresentarem uma oralidade não padronizada podem sofrer retaliações de forma abusiva por parte de colegas e demais indivíduos, criando um ambiente que oprima a voz daqueles que se sentem diferentes linguisticamente, dificultando a aprendizagem.

Desta forma, em algumas instituições é priorizado a língua culta e poucas variações, mas de acordo com as normas vigentes como única modalidade de ensino e de análise, e esquecem e obscurecem as várias formas de se dizer a mesma coisa, a partir da variação linguística (BORTONI-RICARDO, 2005).

Com isso, os alunos passam a criar receio na participação das aulas, se comunicando menos com o professor, deixando de ser participante na aula oralmente para discussão de conteúdos e para tirar suas dúvidas, pois existe uma relação de medo de perguntar, de expor suas falas, para que não sejam corrigidos e ridicularizados pelos colegas de classe.

Porém, são fundamentais as situações ocorridas em sala de aula, pois a variação linguística neste local da escola é de fundamental importância, já que este oportuniza ao aluno uma participação com diferentes graus de interação, o que promove fluir a oralidade em diversos estilos de atividades propostas em sala (BORTONI-RICARDO, 2005).

Silva (2017) apresenta que o preconceito linguístico resulta em problemas sérios que atingem principalmente os indivíduos de classes sociais menos favorecidas, por não terem conhecimento maior da norma-padrão e por apresentarem variantes linguísticas diferentes da norma no momento de oralidade em sala de aula, principalmente nas aulas de Língua Portuguesa.

Também pode ser visto como uma forma de discriminação com graves repercussões na convivência escolar, que considera a depreciação da fala de um indivíduo como um

acometimento indesejado, e este fato pode ser visto, ao mesmo tempo, como preconceito social, geográfico e étnico (PAULA et al., 2014).

Pelinson et al. (2014) afirmam que tal fato indesejado é constituído através de manifestações da discriminação econômica e da ideologia da exclusão social e precisa ser levado à tona para que seja debatido e combatido através de prática de inclusão.

O preconceito no ambiente escolar gera situações de *bullying* com aqueles alunos que apresentam alguma variedade linguística diferente dos demais alunos, o que gera preocupações quanto ao rendimento escolar, no sucesso da aprendizagem e na evasão, e são, infelizmente, alvos de chacotas e risos.

Cagliari (1996) afirma que as pessoas ao se depararem com a língua tida como não-padrão, principalmente no aluno, tende a censurar e corrigir, limitando a criatividade de diálogo, o tornando menos participativo e ativo, e tornando incapaz de produzir textos, e ainda, criar um sentimento de aversão pela língua.

Já Martins e Silva (2017) apresentam que as consequências do preconceito linguístico estão voltados para a escola, pois principalmente no ensino de língua materna, a escola trabalha sobre a língua e suas influências nas concepções e na padronização linguísticas, valorizando a norma e desvalorizando as variantes linguísticas, principalmente por parte dos professores, que estigmatizam a exclusão no ambiente escolar, e muitos dos alunos que utilizam destas variantes podem se sentir desvalorizados.

Nessas situações, podemos perceber que a norma padrão, ao invés de desenvolver o cidadão de forma concisa e levar a compreensão de termos linguísticos, se torna um problema evidente, pois ela se classifica como um divisor daquelas pessoas que usam corretamente daquelas que utilizam-na de forma distinta, com características próprias a partir de um regionalismo, da cultura vigente, com uma oralidade não errada, apenas com menor prestígio linguístico.

Nesse sentido, cabe ao professor criar atividades que trabalhem o combate ao preconceito linguístico, não apenas se pegando ao livro didático, mas fazer uso de diversos métodos de ensino e material didático que proponha a discussão sobre o tema do preconceito, como em peças teatrais, canções, cordel, quadrinho, tirinhas, dentre outros, levando os alunos a uma reflexão, e percebam como um sujeito racional que pensa na realidade no meio que está inserido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve a iniciativa de apresentar o preconceito linguístico que estão associados a variação linguística da oralidade no contexto escolar, e a partir dos estudos levantados foi alcançado o objetivo proposto por esse, observando como este tipo de situação inconsistente que acontece nas escolas, pode atrapalhar no processo de ensino e aprendizagem e constranger aqueles falantes que utilizam a língua falada de acordo com sua realidade local.

Percebeu-se que a relação entre a fala e a escrita faz parte do contexto do ser humano desde outros tempos, sendo a partir destas formas de comunicação que se repassava as instruções e conhecimentos entre gerações. Estas formas de comunicações são, vastamente, utilizadas no contexto escolar, e necessita que sejam adequadas para desenvolvimento da língua nos alunos.

Assim, a oralidade e letramento foram inseridos no meio escolar como forma de trabalhar a língua falada e escrita no meio escolar, não como dicotomia, mas como formas complementares e auxiliares, pois a primeira faz uso da língua materna para desenvolvimento a comunicação como prática social e a segunda como atividades a serem utilizadas pelo professor para desenvolver a prática de leitura e de escrita.

No entanto, existe a questão da variação linguística que existem no Brasil, como país continental, com falantes que passam por transformações na língua falada a partir da cultura, regionalismo, e outros fatores que a altera. Estes fatores não podem ser vistos como errôneos, pois, todavia, estão de acordo com a variação descritas, como visto, nos PCNs. Não cabendo, nestas situações, o preconceito pelo fato dos alunos falarem de formas distintas de outras regiões do Brasil, até mesmo em discordância da norma padrão.

Mas, como visto, os alunos sofrem constrangimento por serem falantes que fazem uso de termos próprios de sua regionalidade, são vistos por outros colegas de classe, e até mesmo professores, como formas erradas de expressão, pois se baseiam apenas na língua portuguesa como norma padrão única, edificada e não editada, e deixam de considerar as variações linguísticas existentes em nosso país. Com isso, os alunos passam a não se expressar oralmente na sala de aula, diminuindo sua participação nas atividades, atrapalhando seu letramento e sua aprendizagem de modo geral, já que se sentem ridicularizados por serem falantes “diferentes”.

Este fato deve ser evitado porque atrapalha o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos, principalmente na leitura, na escrita e na oralidade, pois além do letramento a interação social e educacional será afetada, já que estes alunos se sentem caçados por falarem diferente dos demais.

Como sugestão para próximas pesquisas, recomenda-se uma pesquisa em uma escola, para ver a visão de alunos e professores sobre a variação linguística e o preconceito, para percepção destes sobre essa situação delicada no meio escolar. Esta investigação possibilitaria uma visão mais ampla da percepção de autores sobre o preconceito no meio escolar diante de alunos que falam de acordo com sua cultura e regionalismo.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, I. **Muito além da gramática**: por um ensino de línguas sem pedras no caminho. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

BAGNO, M. **A Língua de Eulália**: Novela Sociolinguística. 11 ed. São Paulo: Contexto, 2001.

BAGNO, M. **Preconceito Linguístico**: o que, como se faz. São Paulo: Loyola, 2002.

BAGNO, M. **Preconceito Linguístico**: o que, como se faz. 5ª ed. São Paulo: Loyola, 2008.

BORTONI-RICARDO, S. M. **O professor pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa**. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

BORTONI-RICARDO, S. M. **Nós chegemu na escola, e agora?**. Sociolinguística e educação – São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Governo Federal. **Base Nacional Curricular Comum**. 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf>. Acesso em: 03 set. 2018.

BRASIL/SEMTEC. PCNs. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Volume Linguagens: códigos e suas tecnologias. Brasília: MEC/Semtec, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: língua portuguesa**. Brasília, 3 ed. 2001.

CAGLIARI, L. C. **Alfabetização & Linguística**. São Paulo: Scipione, 1996.

CARVALHO, R. S.; FERRAREZI Jr., C. **Oralidade na educação básica: o que saber, como ensinar**. São Paulo: Parábola, 2018.

ESCARIÃO, A. D.; FARIA, E. M. B. A ludicidade e a escola como um espaço de linguagem. **IV Congresso Nacional em Educação – CONEDU**. 2017.

FAVERO, L. L.; ANDRADE, M. L. da C. de O.; AQUINO, Z. G. O. de. **Oralidade e escrita: perspectiva para o ensino de língua materna**. Ed. 2. São Paulo: Cortez, 2000.

FEDERLE, E.; TRUGILLO, E. A. Oralidade em sala de aula nos anos iniciais: reflexão sobre o fazer docente. **Eventos Pedagógicos**, v. 2, n. 1, p. 111-120, 2011.

MARCUSCHI, L. A. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. Ed. 10. São Paulo: Cortez, 2010.

MARTINS, I. F. de M.; SILVA, A. L. S. da. A exclusão pela linguagem: o preconceito linguístico no ensino fundamental II. **IV Congresso Nacional de Educação (CONEDU)**. João Pessoa. 2017.

MORAES, E. da S. **O preconceito linguístico no livro didático de língua portuguesa do 6 ano, da escola pública: reflexões e propostas**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letra) – Universidade Estadual da Paraíba. Guarabira-PB, 2016. 24 p.

POSSENTI, S. **Porque (não) ensinar gramática na escola**. São Paulo: Mercado de letras, 1996.

RIQUE, I. J. C. **Preconceito linguístico: sociedade, escola e o ensino de português**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em letras) – Universidade Estadual da Paraíba. Guarabira-PB, 2012, 14 f.

RODRIGUES, A. C. S. Língua falada e língua escrita. In: PRETI, D. **Análise de textos orais I**. 4. ed. 1999, p. 13-32.

SANTOS, M. G. da S.; FARAGO, A. C. O desenvolvimento da oralidade das crianças na Educação Infantil. **Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade**, Bebedouro, SP, v. 2, n. 1, p. 112-133, 2015.

SILVA, J. H. M. de. **Preconceito linguístico: a exclusão pela linguagem no ensino fundamental II**. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 2017, 27 p.

SILVA, S. B. da. **Preconceito Linguístico: analisando uma experiência na aula de Língua Portuguesa**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras) – Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira-PB, 2016, 21 p.

SOUZA, M. B. D. de; CAMPELO, M. R. B. O ensino da oralidade nos anos iniciais do ensino fundamental: o que é e como se faz. In: SANTOS, F. J. C. dos. **Letras Plurais: Leitura e Linguística**. 1. ed. Rio de Janeiro, RJ: Câmara Brasileira de Jovens escritores, 2011, v. 01, p. 143-152.

PAULA, A. da S. de; PEREIRA, L. F. D.; SARTORI, R. M.. A (des) construção do preconceito linguístico no ensino superior. **Plures Humanidades**, v. 15, n. 2, 2015.

PELINSON, F.; SILVA, A. L. da; RIBEIRO, R. R. Usos dialetais, estereótipos e preconceito linguístico na telenovela “Flor do Caribe”. **Vozes e Diálogo**, v. 13, n. 01, 2014.

VYGOTSKY, L. S. **A coleção de trabalho de L. S. Vygotsky**. v 6. 1932. Disponível em: <<http://www.lchc.ucsd.edu/MCA/Paper/problemspsych.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2018.

WEISZ, T. **O diálogo entre o ensino e a aprendizagem**. 2ª. ed. São Paulo: Ática, 2002.